



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **5903**

**Presidente da Mesa Diretora:** Ademar de Barros Bicalho

**Espécie:** Resolução

**Categoria:** Diversos

**Autoria:** Sued Kennedy Parrela Botelho

**Data:** 10/12/2002

**Descrição Sumária:** RESOLUÇÃO N 62, de 19/12/2002. Estabelece procedimento especial para tramitação de Projetos de Lei que disponham sobre o Código de Posturas do Município de Montes Claros. (Medidas de Polícia Administrativa).

**Controle Interno – Caixa:** 06    **Posição:** 26    **Número de folhas:** 19

---

RP SOLUÇÃO Nº 62/2002  
19-12-2002



## Câmara Municipal de Montes Claros

Esplac: PR  
Categoria: Diversos  
Cl: 06  
Ordem: 26  
nº fls: 16

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2.002

AUTOR:

VEREADOR – SUEDE PARRELA BOTELHO

ASSUNTO:

Estabelece procedimento especial para tramitação do projeto

de lei que contém código de posturas.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 10/12/2.002
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 -
- 4 - APROVADO EM REUNIÃO DE URGÊNCIA
- 5 - C.A. SALVO SUBSTITUTIVO E
- 6 - GMENTA EM 19.12. 2002
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

RESOLUÇÃO nº 62, de 19 de dezembro de 2002.

## ESTABELECE PROCEDIMENTO ESPECIAL PARA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE CONTÉM O CÓDIGO DE POSTURAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros MG, aprovou e eu, seu Presidente promulgo a seguinte resolução:

**Art. 1º** - O projeto de lei que contém o código de posturas terá tramitação especial, nos termos dessa resolução.

**Art. 2º** - O projeto será apreciado por uma comissão extraordinária, constituída para esta finalidade.

**Art. 3º** - A comissão extraordinária será composta por 10(dez) membros sendo 1(um) representante de cada uma das representações partidárias com assento na Câmara Municipal de Montes Claros e 1(um) membro da mesa diretora.

**Art. 4º** - A apreciação do projeto de lei que contém o Código de Posturas pela comissão extraordinária será precedida de parecer da relatoria.

**Art. 5º** - A relatoria será dividida em relatoria geral e relatorias parciais.

**Art. 6º** - As relatorias parciais serão estabelecidas em número certo, sendo entregue a cada uma apreciação sobre determinado tema contido no projeto que contém o Código de Posturas.

**Parágrafo Único** - A definição do número de relatores parciais e dos temas sujeitos a apreciação de cada um deles será feita por meio de deliberação da comissão extraordinária.

**Art. 7º** - Os relatores parciais serão responsáveis pela emissão de parecer preliminar sobre o tema correspondente.

**Art. 8º** - Os primeiros 90 (noventa) dias, a contar da data de entrada e tramitação do projeto de lei que contém o código de posturas serão destinados à realização de audiências públicas internas e externas, a juízo da própria comissão, para discussão do projeto.

§ 1º - Consideram-se internas as audiências realizadas na Câmara Municipal de Montes Claros e externas as realizadas fora desta.

§ 2º - Durante as audiências públicas, poderão ser apresentadas sugestões à comissão extraordinária.

§ 3º - Somente serão recebidas as sugestões escritas, devendo estar devidamente identificado o proponente, que poderá ser cidadão ou entidade civil.

§ 4º - As sugestões populares aprovadas pela maioria dos membros da comissão extraordinária serão convertidas em emendas de autoria da própria comissão.

§ 5º - As audiências públicas serão instaladas com a presença de qualquer número de membros da comissão extraordinária.

**Art. 9º** - Durante o prazo de que trata o *caput* do artigo anterior poderão ser apresentadas emendas em primeiro turno.

**Art. 10º** - Vencido o prazo de apresentação de emendas, o projeto será encaminhado aos relatores parciais, que elaborarão seus pareceres no prazo de 10 (dez) dias - podendo apresentar-lhes emendas ou subemendas - e os enviarão ao relator geral.

**Art. 11** - O relator geral, após receber todos os pareceres parciais, elaborará, no prazo de 10 (dez) dias, seu parecer.

**Art. 12** - A comissão extraordinária deliberará sobre o parecer do relator geral no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 1º - Durante a discussão do parecer do relator geral, este poderá acolher em seu parecer mudanças propostas pela comissão.

§ 2º - no caso de aprovação de alterações ao parecer, a comissão compatibilizará o texto do projeto com o que tiver sido deliberado.

§ 3º - O relator geral, à vista dos pareceres parciais, poderá sugerir à comissão que aprecie antecipadamente determinado tema constante do projeto.

**Art. 13** - As reuniões da comissão extraordinária serão instaladas pela presença da maioria de seus membros, conforme o caso, e suas decisões serão tomadas pela maioria dos votos destes membros.

**Art. 14** - O parecer da comissão será distribuído em autos, juntamente com todas as emendas, no prazo de 05 (cinco) dias.

**Art. 15** - O projeto será incluído na ordem do dia com exclusividade.

**Art. 16** - Durante as discussões do projeto e das emendas, o relator geral e os relatores parciais, poderão falar por até 10 (dez) minutos, usando-se em ambos os casos, a tribuna, admitidos apertes.

**Art. 17** - O parecer do relator geral poderá, mediante requerimento, ser votado por inteiro, a não ser que tenha havido destaque de emenda, de dispositivo ou de parte do projeto.

**Art. 18** - havendo emendas apresentadas por vereador ou pela liderança das representações partidárias com assento na Câmara Municipal de Montes Claros, o projeto retornará ao relator geral, que as distribuirá por tema, aos relatores parciais.

§ 1º - os relatores parciais terão o prazo de dez dias para elaborar seus pareceres sobre as emendas apresentadas, os quais serão encaminhados ao relator geral.

§ 2º - recebidos os pareceres parciais, o relator geral, no prazo de dez dias emitirá parecer sobre as emendas.

§ 3º - a comissão extraordinária terá cinco dias para deliberar sobre o parecer do relator geral.

**Art. 19** - os prazos previstos nesta resolução poderão ser prorrogados pela comissão extraordinária em até 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo Único** - caso seja necessário a prorrogação maior que a prevista no *caput*, deverá o presidente da comissão solicitá-lo ao plenário da Câmara.

**Art. 20** - esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 24 de dezembro de 2002.

VEREADOR - ADEMAR DE BARROS ALCALDE  
Presidente da Câmara Municipal

VEREADOR - MARINO JOSÉ RIBEIRO  
1º Secretário

JORNAL NOTÍCIAS - 01.01.2003





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**RESOLUÇÃO nº 62, de 19 de dezembro de 2002.**

***ESTABELECE PROCEDIMENTO ESPECIAL  
PARA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE  
CONTÉM O CÓDIGO DE POSTURAS.***

A Câmara Municipal de Montes Claros MG, aprovou e eu, seu Presidente promulgo a seguinte resolução:

**Art. 1º** - O projeto de lei que contém o código de posturas terá tramitação especial, nos termos dessa Resolução.

**Art. 2º** - O projeto será apreciado por uma comissão extraordinária, constituída para esta finalidade.

**Art. 3º** - A comissão extraordinária será composta por 10(dez) membros sendo 1(um) representante de cada uma das representações partidárias com assento na Câmara Municipal de Montes Claros e 1(um) membro da mesa diretora.

**Art. 4º** - A apreciação do projeto de lei que contém o Código de Posturas pela comissão extraordinária será precedida de parecer da relatoria.

**Art. 5º** - A relatoria será dividida em relatoria geral e relatorias parciais.

**Art. 6º** - As relatorias parciais serão estabelecidas em número certo, sendo entregue a cada uma apreciação sobre determinado tema contido no projeto que contém o Código de Posturas.

**Parágrafo Único** - A definição do número de relatores parciais e dos temas sujeitos a apreciação de cada um deles será feita por meio de deliberação da comissão extraordinária.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**Art. 7º** - Os relatores parciais serão responsáveis pela emissão de parecer preliminar sobre o tema correspondente.

**Art. 8º** - Os primeiros 90 (noventa) dias, a contar da data de entrada e tramitação do projeto de lei que contém o código de posturas serão destinados à realização de audiências públicas internas e externas, a juízo da própria comissão, para discussão do projeto.

§ 1º - Consideram-se internas as audiências realizadas na Câmara Municipal de Montes Claros e externas as realizadas fora desta.

§ 2º - Durante as audiências públicas, poderão ser apresentadas sugestões à comissão extraordinária.

§ 3º - Somente serão recebidas as sugestões escritas, devendo estar devidamente identificado o proponente, que poderá ser cidadão ou entidade civil.

§ 4º - As sugestões populares aprovadas pela maioria dos membros da comissão extraordinária serão convertidas em emendas de autoria da própria comissão.

§ 5º - As audiências públicas serão instaladas com a presença de qualquer número de membros da comissão extraordinária.

**Art. 9º** - Durante o prazo de que trata o *caput* do artigo anterior poderão ser apresentadas emendas em primeiro turno.

**Art. 10º** - Vencido o prazo de apresentação de emendas, o projeto será encaminhado aos relatores parciais, que elaborarão seus pareceres no prazo de 10 (dez) dias – podendo apresentar-lhes emendas ou subemendas – e os enviarão ao relator geral.

**Art. 11** - O relator geral, após receber todos os pareceres parciais, elaborará, no prazo de 10 (dez) dias, seu parecer.

**Art. 12** - A comissão extraordinária deliberará sobre o parecer do relator geral no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 1º - Durante a discussão do parecer do relator geral, este poderá acolher em seu parecer mudanças propostas pela comissão.

§ 2º - no caso de aprovação de alterações ao parecer, a comissão compatibilizará o texto do projeto com o que tiver sido deliberado.

§ 3º - O relator geral, à vista dos pareceres parciais, poderá sugerir à comissão que aprecie antecipadamente determinado tema constante do projeto.

**Art. 13** - As reuniões da comissão extraordinária serão instaladas pela presença da maioria de seus membros, conforme o caso, e suas decisões serão tomadas pela maioria dos votos destes membros.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**Art. 14** - O parecer da comissão será distribuído em avulsos, juntamente com todas as emendas, no prazo de 05 (cinco) dias.

**Art. 15** - O projeto será incluído na ordem do dia com exclusividade.

**Art. 16** - Durante as discussões do projeto e das emendas, o relator geral e os relatores parciais, poderão falar por até 10 (dez) minutos, usando-se em ambos os casos, a tribuna, admitidos apartes.

**Art. 17** - O parecer do relator geral poderá, mediante requerimento, ser votado por inteiro, a não ser que tenha havido destaque de emenda, de dispositivo ou de parte do projeto.

**Art. 18** - havendo emendas apresentadas por vereador ou pela liderança das representações partidárias com assento na Câmara Municipal de Montes Claros, o projeto retornará ao relator geral, que as distribuirá por tema, aos relatores parciais.

§ 1º - os relatores parciais terão o prazo de dez dias para elaborar seus pareceres sobre as emendas apresentadas, os quais serão encaminhados ao relator geral.

§ 2º - recebidos os pareceres parciais, o relator geral, no prazo de dez dias emitirá parecer sobre as emendas.

§ 3º - a comissão extraordinária terá cinco dias para deliberar sobre o parecer do relator geral.

**Art. 19** - os prazos previstos nesta resolução poderão ser prorrogados pela comissão extraordinária em até 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo Único** – caso seja necessário à prorrogação maior que a prevista no *caput*, deverá o presidente da comissão solicitá-lo ao plenário da Câmara.

**Art. 20** - esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 24 de dezembro de 2002.

**VEREADOR - ADEMAR DE BARROS BICALHO**  
Presidente da Câmara Municipal

**VEREADOR - AURINDO JOSÉ RIBEIRO**  
1º Secretário



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Estado de Minas Gerais*

Projeto de Resolução nº \_\_\_\_\_ 2002.

## ESTABELECE PROCEDIMENTO ESPECIAL PARA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE CONTÉM CÓDIGO DE POSTURAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros MG, aprova e eu, seu Presidente promulgo a seguinte resolução:

**Art. 1º** - O projeto de lei que contém o código de posturas terá tramitação especial, nos termos dessa resolução.

**Art. 2º** - O projeto será apreciado por uma comissão extraordinária, constituída para esta finalidade.

**Art. 3º** - A comissão extraordinária será composta por 10(dez) membros sendo 1(um) representante de cada uma das representações partidárias com assento na Câmara Municipal de Montes Claros e 1(um) membro da mesa diretora.

**Art. 4º** - A apreciação do projeto de lei que contém o Código de Posturas pela comissão extraordinária será precedida de parecer da relatoria.

**Art. 5º** - A relatoria será dividida em relatoria geral e relatorias parciais.

**Art. 6º** - As relatorias parciais serão estabelecidas em número certo, sendo entregue a cada uma apreciação sobre determinado tema contido no projeto que contém o Código de Posturas.



Mandato Coletivo Sued Vereador





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## *Estado de Minas Gerais*

**Parágrafo Único** – A definição do numero de relatores parciais e dos temas sujeitos a apreciação de cada um deles será feita por meio de deliberação da comissão extraordinária.

**Art. 7º** - Os relatores parciais serão responsáveis pela emissão de parecer preliminar sobre o tema correspondente.

**Art. 8º** - Os primeiros 90(noventa) dias, a contar da data de publicação desta Resolução, serão destinados à realização de audiências públicas internas e externas, a juízo da própria comissão, para discussão do projeto.

**§ 1º** - Consideram-se internas as audiências realizadas na Câmara Municipal de Montes Claros e externas as realizadas fora desta.

**§ 2º** - Durante as audiências públicas, poderão ser apresentadas sugestões à comissão extraordinária.

**§ 3º** - Somente serão recebidas as sugestões escritas, devendo estar devidamente identificado o proponente, que poderá ser cidadão ou entidade civil.

**§ 4º** - As sugestões populares aprovadas pela maioria dos membros da comissão extraordinária serão convertidas em emendas de autoria da própria comissão.

**§ 5º** - As audiências públicas serão instaladas com a presença de qualquer número de membros da comissão extraordinária.

**Art. 9º** - Durante o prazo de que trata o *caput* do artigo anterior poderão ser apresentadas emendas em primeiro turno.

**Art. 10º** - Vencido o prazo de apresentação de emendas, o projeto será encaminhado aos relatores parciais, que elaborarão seus pareceres no prazo de 20(vinte) dias – podendo apresentar-lhes emendas ou subemendas – e os enviarão ao relator geral.

**Art. 11º** - O relator geral, após receber todos os pareceres parciais, elaborará, no prazo de 20(vinte) dias, seu parecer.



Mandato Coletivo Sued Vereador





# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

*Estado de Minas Gerais*

**Art. 12º** - A comissão extraordinária deliberará sobre o parecer do relator geral no prazo de 15(quinze) dias.

§ 1º - Durante a discussão do parecer do relator geral, este poderá acolher em seu parecer mudanças propostas pela comissão.

§ 2º - no caso de aprovação de alterações ao parecer, a comissão compatibilizará o texto do projeto com o que tiver sido deliberado.

§ 3º - O relator geral, à vista dos pareceres parciais, poderá sugerir à comissão que aprecie antecipadamente determinado tema constante do projeto.

**Art. 13º** - As reuniões da comissão extraordinária serão instaladas pela presença da maioria de seus membros, conforme o caso, e suas decisões serão tomadas pela maioria dos votos destes membros.

**Art. 14º** - O parecer da comissão será distribuído em avulsos, juntamente com todas as emendas, no prazo de 5(cinco) dias.

**Art. 15º** - o projeto será incluído na ordem do dia com exclusividade.

**Art. 16º** - A comissão extraordinária, por deliberação da maioria de seus membros, poderá requerer ao presidente da Câmara que seja incluída em pauta do Plenário da câmara parte definida do projeto e das emendas sobre ela incidentes.

**Art. 17º** - O expediente da reunião plenária da Câmara em que for apreciado o projeto de que trata esta resolução será de 30(trinta) minutos, improrrogáveis, vedado o uso de tribuna.

**Art. 18º** - Durante as discussões do projeto e das emendas, cada vereador poderá falar por até 03(três) minutos, exceto o relator geral e os relatores parciais, que poderão falar por até 10(dez) minutos, usando-se em ambos os casos, a tribuna, admitidos apartes.



**Mandato Coletivo Sued Vereador**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

***Estado de Minas Gerais***

§ 1º - Somente poderão discutir os vereadores que se inscreverem previamente, a partir do anúncio para inclusão em pauta até o início da reunião, exceto os relatores, que estarão automaticamente inscritos.

§ 2º - o encaminhamento de votação somente poderá ser feito pelo líder de partido, por seu substituto regimental ou por quem aquele indicar.

**Art. 19º** - As emendas serão votadas em bloco, independente das regras de preferência conforme tenham recebido parecer favorável ou contrário do relator geral, salvo requerimento de destaque.

**Art. 20º** - O parecer do relator geral poderá, mediante requerimento, ser votado por inteiro, a não ser que tenha havido destaque de emenda, de dispositivo ou de parte do projeto.

**Art. 21º** - Aprovado o projeto de lei em primeiro turno, caberá ao relator geral, no prazo de 10(dez) dias, redigir o texto do mesmo com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

§ 1º - Os textos produzidos pelo relator geral serão distribuídos em avulsos, em 3(três) dias, ficando sobre a mesa para receber novas emendas pelo prazo de 5(cinco) dias.

§ 2º - Não serão admitidas em segundo turno, emendas rejeitadas em primeiro turno, exceto se apresentadas pela maioria dos membros do Colégio de Líderes.

**Art. 22º** - havendo emendas em segundo turno, apresentadas por vereador ou pela liderança das representações partidárias com assento na câmara municipal de Montes Claros, o projeto retornará ao relator geral, que as distribuirá por tema, aos relatores parciais.

§ 1º - os relatores parciais terão o prazo de dez dias para elaborar seus pareceres sobre as emendas apresentadas, os quais serão encaminhados ao relator geral.

§ 2º - recebidos os pareceres parciais, o relator geral, no prazo de dez dias emitirá parecer sobre as emendas.



**Mandato Coletivo Sued Vereador**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

*Estado de Minas Gerais*

§ 3º - a comissão extraordinária terá cinco dias para deliberar sobre o parecer do relator geral.

**Art. 23º** - concluída a votação em segundo turno, caberá a comissão extraordinária dar redação final ao projeto de lei, mediante parecer do relator geral.

**Art. 24º** - os prazos previstos nesta resolução poderão ser prorrogados pela comissão extraordinária em até 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo Único** – caso seja necessário à prorrogação maior que a prevista no *caput*, deverá o presidente da comissão solicitá-lo ao plenário da Câmara.

**Art. 25º** - esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 05 de  
Dezembro de 2002.

**SUED PARRELA BOTELHO**

Vereador PT



Mandato Coletivo Sued Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 11 DE DEZEMBRO DE 2002  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

*LEGAL e CONSTITUCIONAL*

*[Signature]*  
*el Seuer*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 19 DE DEZEMBRO DE 2002  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Estado de Minas Gerais

Emenda ao substitutivo do Projeto de Resolução  
nº \_\_\_\_\_ 2002.

**Estabelece Procedimento especial para  
tramitação do Projeto de Lei que contém o  
código de posturas.**

**Emenda Única-** De Redação.

Art. 1º- O art. 18º do referido substitutivo ao projeto de resolução, passa a ter a seguinte redação:

\_ Havendo emendas, apresentadas por vereador ou pela liderança das representações partidárias com assento na Câmara Municipal de Montes Claros, o projeto retornará ao relator geral, que as distribuirá por tema, aos relatores parciais.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 18 de Dezembro de  
2002.

**SUED PARRELA BOTELHO**  
Vereador – PT

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
18 / 12 / 2002	
HORARIO: 12:40	
ASS: _____	



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Estado de Minas Gerais*

Substitutivo ao Projeto de Resolução nº \_\_\_\_\_ 2002

## ESTABELECE PROCEDIMENTO ESPECIAL PARA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE CONTÉM O CÓDIGO DE POSTURAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros MG, aprova e eu, seu Presidente promulgo a seguinte resolução:

**Art. 1º** - O projeto de lei que contém o código de posturas terá tramitação especial, nos termos dessa resolução.

**Art. 2º** - O projeto será apreciado por uma comissão extraordinária, constituída para esta finalidade.

**Art. 3º** - A comissão extraordinária será composta por 10(dez) membros sendo 1(um) representante de cada uma das representações partidárias com assento na Câmara Municipal de Montes Claros e 1(um) membro da mesa diretora.

**Art. 4º** - A apreciação do projeto de lei que contém o Código de Posturas pela comissão extraordinária será precedida de parecer da relatoria.

**Art. 5º** - A relatoria será dividida em relatoria geral e relatorias parciais.

**Art. 6º** - As relatorias parciais serão estabelecidas em número certo, sendo entregue a cada uma apreciação sobre determinado tema contido no projeto que contém o Código de Posturas.



Mandato Coletivo Sued Vereador





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## *Estado de Minas Gerais*

**Parágrafo Único** – A definição do numero de relatores parciais e dos temas sujeitos a apreciação de cada um deles será feita por meio de deliberação da comissão extraordinária.

**Art. 7º** - Os relatores parciais serão responsáveis pela emissão de parecer preliminar sobre o tema correspondente.

**Art. 8º** - Os primeiros 90 (noventa) dias, a contar da data de entrada e tramitação do projeto de lei que contém o código de posturas serão destinados à realização de audiências públicas internas e externas, a juízo da própria comissão, para discussão do projeto.

§ 1º - Consideram-se internas as audiências realizadas na Câmara Municipal de Montes Claros e externas as realizadas fora desta.

§ 2º - Durante as audiências públicas, poderão ser apresentadas sugestões à comissão extraordinária.

§ 3º - Somente serão recebidas as sugestões escritas, devendo estar devidamente identificado o proponente, que poderá ser cidadão ou entidade civil.

§ 4º - As sugestões populares aprovadas pela maioria dos membros da comissão extraordinária serão convertidas em emendas de autoria da própria comissão.

§ 5º - As audiências públicas serão instaladas com a presença de qualquer número de membros da comissão extraordinária.

**Art. 9º** - Durante o prazo de que trata o *caput* do artigo anterior poderão ser apresentadas emendas em primeiro turno.

**Art. 10º** - Vencido o prazo de apresentação de emendas, o projeto será encaminhado aos relatores parciais, que elaborarão seus pareceres no prazo de 10 (dez) dias – podendo apresentar-lhes emendas ou subemendas – e os enviarão ao relator geral.



**Mandato Coletivo Sued Vereador**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

## ***Estado de Minas Gerais***

**Art. 11º** - O relator geral, após receber todos os pareceres parciais, elaborará, no prazo de 10 (dez) dias, seu parecer.

**Art. 12º** - A comissão extraordinária deliberará sobre o parecer do relator geral no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 1º - Durante a discussão do parecer do relator geral, este poderá acolher em seu parecer mudanças propostas pela comissão.

§ 2º - no caso de aprovação de alterações ao parecer, a comissão compatibilizará o texto do projeto com o que tiver sido deliberado.

§ 3º - O relator geral, à vista dos pareceres parciais, poderá sugerir à comissão que aprecie antecipadamente determinado tema constante do projeto.

**Art. 13º** - As reuniões da comissão extraordinária serão instaladas pela presença da maioria de seus membros, conforme o caso, e suas decisões serão tomadas pela maioria dos votos destes membros.

**Art. 14º** - O parecer da comissão será distribuído em avulsos, juntamente com todas as emendas, no prazo de 05 (cinco) dias.

**Art. 15º** - O projeto será incluído na ordem do dia com exclusividade.

**Art. 16º** - Durante as discussões do projeto e das emendas, o relator geral e os relatores parciais, poderão falar por até 10 (dez) minutos, usando-se em ambos os casos, a tribuna, admitidos apartes.

**Art. 17º** - O parecer do relator geral poderá, mediante requerimento, ser votado por inteiro, a não ser que tenha havido destaque de emenda, de dispositivo ou de parte do projeto.



**Mandato Coletivo Sued Vereador**





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Estado de Minas Gerais*

**Art. 18º** - havendo emendas em segundo turno, apresentadas por vereador ou pela liderança das representações partidárias com assento na câmara municipal de Montes Claros, o projeto retornará ao relator geral, que as distribuirá por tema, aos relatores parciais.

§ 1º - os relatores parciais terão o prazo de dez dias para elaborar seus pareceres sobre as emendas apresentadas, os quais serão encaminhados ao relator geral.

§ 2º - recebidos os pareceres parciais, o relator geral, no prazo de dez dias emitirá parecer sobre as emendas.

§ 3º - a comissão extraordinária terá cinco dias para deliberar sobre o parecer do relator geral.

**Art. 19º** - os prazos previstos nesta resolução poderão ser prorrogados pela comissão extraordinária em até 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo Único** – caso seja necessário à prorrogação maior que a prevista no *caput*, deverá o presidente da comissão solicitá-lo ao plenário da Câmara.

**Art. 20º** - esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 17 de Dezembro  
de 2002.

**SUED PARRELA BOTELHO**

**Vereador PT**



**Mandato Coletivo Sued Vereador**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE  
EM DE 20  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 18 DE DEZEMBRO DE 2002  
PRESIDENTE

E' lida e aprovada

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 19 DE DEZEMBRO DE 2002  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA JURÍDICA

**PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_/2002 QUE  
" Estabelece procedimento especial para tramitação do projeto de lei  
que contém Código de Posturas.", de autoria do Vereador Sued  
Parrela Botelho.**

Projeto de Resolução enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em exame visa estabelecer o "trâmite especial" para a proposição que contiver o "Código de Posturas" e, para tanto, estipula que o projeto será submetido à apreciação por uma comissão extraordinária, constituída para tal e composta por 10 ( dez ) membros. Todavia, mister ser emitido parecer prévio da relatoria, anteriormente à apreciação do projeto pela referida comissão.

A competência dos municípios em assuntos de Urbanismo é ampla e decorre do preceito constitucional que lhes assegura autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local ( art.30, I, CF ), e, promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano ( art.30, VIII, CF ).

A ordenação da cidade através de normas urbanísticas é assunto predominantemente local, e tal idéia reforça-se ainda mais diante da explicitação da natureza do Plano Diretor, verdadeiro instrumento do planejamento estratégico do próprio Município, que aplicado por sua legislação correlata - Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Código de Obras e Código de Posturas - deve conter diretrizes das mais diversas, desde as relacionadas às condições de acesso dos cidadãos aos seus direitos sociais e fundamentais, como emprego, habitação e serviços, passando pela proteção ao meio ambiente e patrimônio natural e cultural, até aquelas que digam respeito ao perfil econômico do Município.

*gsm*





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS


Com fulcro no art. 168 do Regimento Interno da Câmara, "o projeto de resolução destina-se a regular a matéria da exclusiva competência da Câmara Municipal", portanto, consoante com o projeto em apreço.

Concluindo, detém competência para propor a presente proposição o nobre vereador.

**Ex positis**, o Projeto de Lei não fere e nem contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo **Constitucional** e, tampouco infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, **Legal**.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG., 10 de dezembro de 2002.

  
**Gabriela Regina Abreu**  
**Assessora Jurídica**  
**OAB/MG 81.617**